

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS



APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver estudos legislativos, analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;

Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;

Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;

João Marcelo Lima - Técnico em Gestão do Meio Ambiente;

Daniela Rodrigues De Nardi - Estagiária;

Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária.

.....
Este informativo é de responsabilidade do NEL/SEMAS-PA

Responsável: Camila Veloso

Revisão: Rebeca Reitz e Andressa Dourado

Email: nel@semas.pa.gov.br

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS

Fotos: Agência Pará

Apoio: ASCOM/SEMAS

CARTA AO LEITOR



Nesta 67ª edição do LEGIS SEMAS, destaca-se a publicação da portaria MMA nº 561, de 15 de dezembro de 2021, que institui a lista de espécies nativas ameaçadas de extinção como incentivo ao uso em métodos de recomposição de vegetação nativa em áreas degradadas ou alteradas.

Em âmbito estadual, ressalta-se a publicação da Lei nº 9.369, de 3 de dezembro de 2021, que estabelece, a todos os agentes públicos do Poder Executivo do Estado, a obrigatoriedade da entrega do comprovante de vacinação contra a COVID-19. Outra norma relevante, refere-se a Lei nº 9.370, de 3 de dezembro de 2021, a qual cria o Programa Qualifica Servidor e acrescenta dispositivos à Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994.

Em se tratando de normas municipais, vale salientar o Decreto nº 102.030/2021-PMB, em que fica concedida a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, incidente sobre os imóveis nos exercícios, constantes do anexo único a este Decreto.

O "Fique de Olho", desta edição, traz o edital do mestrado em botânica tropical, visando à seleção de candidatos para a turma que iniciará a partir de março de 2022. Outra dica é a reabertura do Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi que ocorreu no dia 14 de dezembro deste ano. O funcionamento do museu será às terças, quartas e quintas com limite diário de 150 pessoas e o uso obrigatório de máscaras.

Em tempo, o livro "Licenciamento e Avaliação de Impacto Ambiental" é a sugestão do "NEL Indica". Essa obra interdisciplinar apresenta diversas experiências de pesquisadores de instituições nacionais que contribuem para o conhecimento e debate sobre o tema.

Boa leitura!

Andressa Dourado

Coordenadora em Exercício - NEL

NORMAS FEDERAIS



EMENDA CONSTITUCIONAL nº 113. Altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificar normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizar o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios; e dá outras providências.

EMENDA CONSTITUCIONAL nº 114. Altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificar normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizar o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios; e dá outras providências.

LEI nº 14.260, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021. Estabelece incentivos à indústria da reciclagem; e cria o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem (Favorecicle) e Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem (ProRecicle).

LEI Nº 14.262, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui o Dia do Policial Legislativo.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.075, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2021. Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e a Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, para dispor sobre o Programa Universidade para Todos.

DECRETO Nº 10.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2021. Regulamenta o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso.

RESOLUÇÃO MMFDH/CNCD Nº 1, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021. Aprovar na forma do Anexo o Regimento Interno do Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2021. Aprova o Plano Nacional de combate à pirataria, ao contrabando, à sonegação fiscal delas decorrentes e aos delitos contra a propriedade intelectual (PNCP 2022-2025).

RESOLUÇÃO ANP Nº 860, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui o Programa de Monitoramento da Qualidade do Biodiesel - PMQBio e estabelece os requisitos para o credenciamento de laboratórios ao programa.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 502, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021. Disciplina o cadastramento e recadastramento das Entidades Ambientalistas no CNEA.

NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO CONAMA Nº 503, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021. Define critérios e procedimentos para o reúso em sistemas de fertirrigação de efluentes provenientes de indústrias de alimentos, bebidas, laticínios, frigoríficos e graxarias.

RESOLUÇÃO CNDI Nº 61, DE 7 DE dezembro DE 2021. Dispõe sobre as deliberações aprovadas na 110ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021. Altera a Instrução Normativa 20, de 24 de setembro de 2020, que estabelece os requisitos técnicos e de homologação para os sistemas de OBD, para a medição das emissões em tráfego real, das emissões durante a vida útil do veículo (ISC) e para a medição de ruído de veículos pesados novos homologados na fase P8 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE).

INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 16, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021. Homologa os produtos e serviços preferenciais passíveis de apoio por meio das transferências de recursos da União, para atendimento a projetos governamentais sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos do Anexo desta Instrução Normativa.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 16, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021 (*). Homologa os produtos e serviços preferenciais passíveis de apoio por meio das transferências de recursos da União, para atendimento a projetos governamentais sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos do Anexo desta Instrução Normativa.



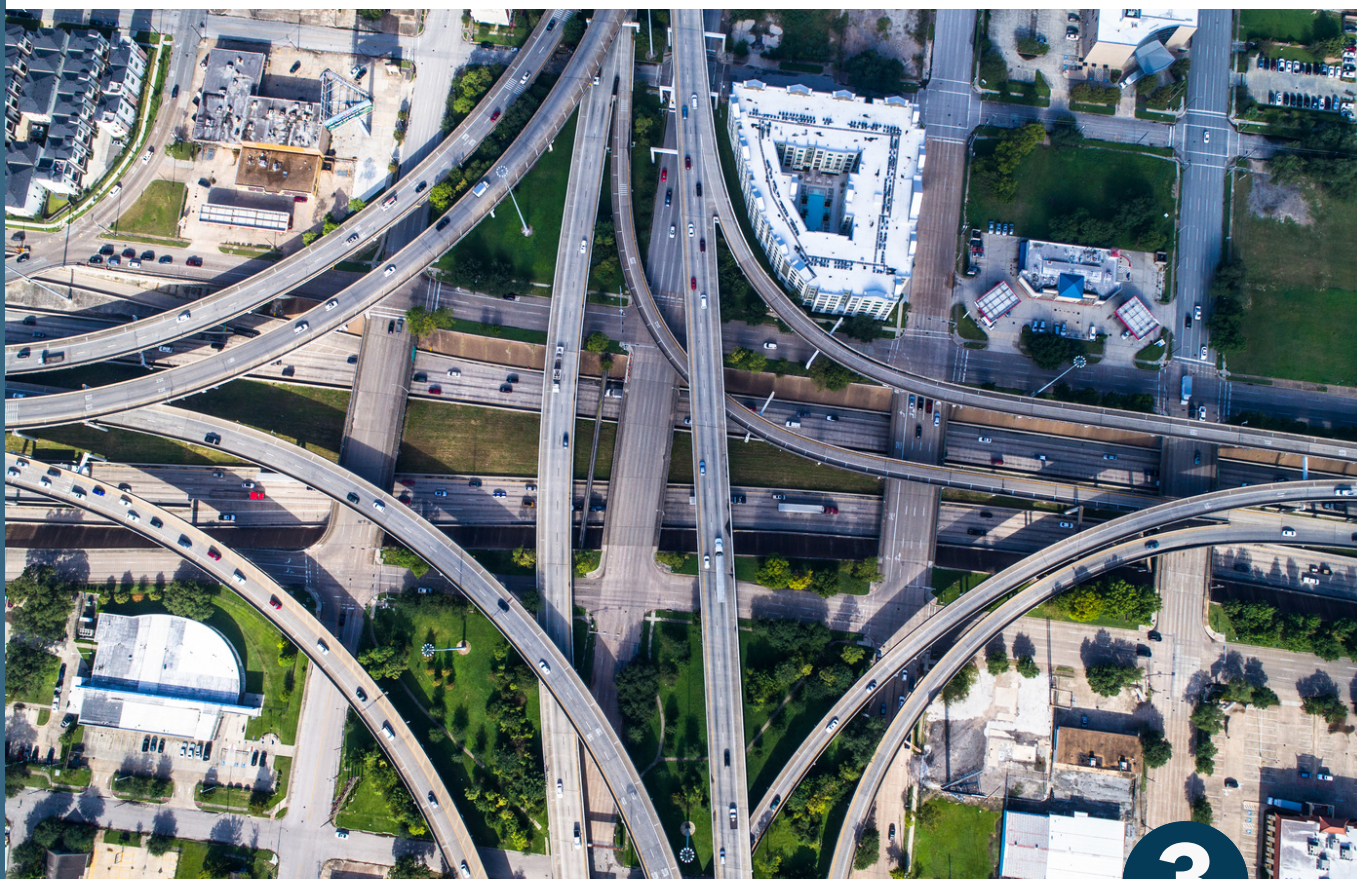
NORMAS FEDERAIS



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021. Dispõe sobre o procedimento transitório para a Avaliação de Conformidade de Produção - ACP, de que trata o Artigo 32 da Resolução Conama nº 492, de 20 de dezembro de 2018, e o Artigo 21 da Resolução Conama 493, de 24 de junho de 2019.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 21, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021. Altera o Art. 5º e Anexo e inclui um novo art. 9-A na Instrução Normativa 22, de 24 de setembro de 2020, que dispõe sobre a regulamentação prevista no artigo 2º da Resolução Conama nº 492, de 20 de dezembro de 2018, relativo à determinação das emissões de gases orgânicos não metano (NMOG) provenientes do escapamento de veículos rodoviários leves de passageiros e leves comerciais quando abastecidos com etanol hidratado brasileiro de referência (EHR), gasool A22, gasool A11H50, gás combustível veicular de referência (GVR) ou Diesel.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MDR Nº 51, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021. Dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Infraestrutura Urbana, especificamente do Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades), para o exercício de 2022.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MAPA Nº 351, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2021. Autorizar, nos termos da justificativa anexa a esta Portaria, a concessão florestal cujo objeto é a prática do manejo florestal sustentável em Unidades de Manejo Florestal (UMF) localizadas na Floresta Nacional do Amana - PA.

PORTARIA MAPA Nº 359, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Rede Nacional de Pesquisa e Monitoramento Ambiental da Aquicultura em Águas da União - Rede.

PORTARIA MDR Nº 231, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021. Implantar o programa de gestão na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, conforme procedimentos gerais estabelecidos nesta Portaria.

PORTARIA MDR Nº 3.035, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2021. Prorrogar o prazo de execução das ações de prevenção, previsto no art. 5º da Portaria n. 2.959, de 10 de dezembro de 2019, constante no processo administrativo nº 59204.001483/2017-72, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Óbidos - PA, para ações de Defesa Civil até 08/02/2022.

PORTARIA MINFRA/SNTT Nº 1.475, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2021. Publicar os Programas de Trabalho propostos pelos Estados e o Distrito Federal para o exercício de 2022, referentes à aplicação dos recursos que lhes cabem, relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE Combustíveis, nos termos do processo administrativo nº 50000.026445/2021-21, conforme discriminado nos anexos desta Portaria.

PORTARIA MMA Nº 561, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui a lista de espécies nativas ameaçadas de extinção, como incentivo ao uso em métodos de recomposição de vegetação nativa em áreas degradadas ou alteradas.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA SDA Nº 465, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021. Altera a lista de pragas quarentenárias ausentes, constantes do anexo da Instrução Normativa SDA nº 39, de 1º de outubro de 2018.

PORTARIA SDA Nº 467, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2021. Submete à consulta pública a proposta de Portaria da SDA que estabelece o Sistema Nacional de Certificação Fitossanitária de Origem - SINFITO.

PORTARIA SDA Nº 473, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021. Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de sementes de zínia (*Zinnia spp.*) com origem do Chile.

PORTARIA SDA Nº 474, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021. Submete à Consulta Pública, a proposta de Portaria que estabelece normas para a inscrição de cultivares e espécies no Registro Nacional de Cultivares e suas alterações.

PORTARIA SDA Nº 475, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021. Submete à Consulta Pública, a proposta de Portaria que estabelece normas a serem observadas pelos integrantes do Sistema Nacional de Sementes e Mudanças para a inscrição e o credenciamento no Registro Nacional de Sementes e Mudanças.

PORTARIA SDA Nº 476, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021. Submete à Consulta Pública, a proposta de Portaria que estabelece normas para produção, comercialização e utilização de sementes e seus respectivos anexos.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA SAP/MAPA Nº 475, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2021. Cancelar, a pedido ou por óbito as inscrições no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e as Licenças de Pescadores Profissionais, de acordo com o disposto nos incisos IV e V do art. 20 da Portaria nº 265, de 29 de junho de 2021, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

PORTARIA SAF/MAPA Nº 263, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021 (*). Autorizar o pagamento do benefício Garantia-Safra aos agricultores que aderiram na safra 2020/2021, nos municípios constantes do Anexo I desta Portaria.

PORTARIA SAF/MAPA Nº 264, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021. Altera a Portaria SAF/MAPA nº 242, de 08 de novembro de 2021, que estabelece as condições e os procedimentos gerais para inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar.

PORTARIA SDA Nº 481, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021. Submete à consulta pública, pelo prazo de 45 (setenta e cinco) dias, a minuta de Portaria que estabelece os procedimentos de fiscalização e de certificação fitossanitária de embalagens e suportes de madeira ou de peças de madeira, em bruto, destinados ao acondicionamento de mercadorias importadas ou exportadas pelo Brasil.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA ME/INMETRO Nº 480, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2021. Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece os critérios para a verificação do conteúdo efetivo do produto semente destinado ao plantio agrícola, acondicionado em embalagens que permitem troca de umidade com o ar atmosférico e comercializado em quantidades nominais iguais.

PORTARIA MMA/IBAMA Nº 3.122, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021. Submete a Consulta Pública, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação desta Portaria, a proposta de Instrução Normativa para regulamentar o comércio exterior de peixes vivos de águas marinhas, continentais e estuarinas para fins ornamentais e de aquarioria no que compete ao Ibama.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA ANEEL Nº 6.710, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021. Aprova o Plano de Gestão Anual - PGA da ANEEL para o exercício 2022.

PORTARIA CONJUNTA MMA/IBAMA/ICMBIO/JBRJ Nº 548, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021. Disciplina a gestão de programas e projetos de cooperação, acordos e instrumentos congêneres, financiados com recursos externos ou de fundos no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas.



NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 9.369, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui, a todos os agentes públicos do Poder Executivo do Estado, a obrigatoriedade da entrega do comprovante de vacinação contra a COVID-19.

LEI Nº 9.370, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui o Programa Qualifica Servidor e acrescenta dispositivos à Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994.

LEI Nº 9.371, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021. Dispõe sobre a criação da campanha de alerta para os casos de sarampo, no âmbito do Estado do Pará.

LEI Nº 9.372, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021. Reconhece a prática da atividade física e do exercício físico como essenciais para a população do Estado do Pará em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade.

LEI Nº 9.374, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Missionária Resgatando Vidas (AMRV).

LEI Nº 9.375, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores Rurais Nova Vitória (APRNS).

LEI Nº 9.377, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021. Altera a Lei Estadual nº 7.649, de 24 de julho de 2012, que dispõe sobre normas de licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas (PPP), no âmbito do Estado do Pará.

LEI Nº 9.379, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021. Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, o carnaval e o pré-carnaval do Bairro da Cidade Velha.

LEI Nº 9.381, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021. Altera a Lei Estadual nº 9.318, de 22 de setembro de 2021, que institui, no âmbito do Estado do Pará, o Programa Estadual Extraordinário de Transferência de Renda - "VALE-GÁS".



NORMAS ESTADUAIS



DECRETO Nº 2.044, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui a Política Estadual de Incentivo à Vacinação contra a COVID-19; e revoga o Decreto Estadual nº 800, de 31 de maio de 2020.

DECRETO Nº 2.066, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021. Dispõe sobre a atualização de dados cadastrais dos agentes públicos ativos vinculados ao Poder Executivo do Estado do Pará.

DECRETO Nº 2.076, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021. Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 2.077, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021. Altera o art. 6º do Decreto no 1.840, de 3 de setembro de 2021, que altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto no 4.676, de 18 de junho de 2001, e dá outras providências.

PORTARIA IDEFLOR-BIO Nº 827 de 10 de dezembro de 2021. Renovar e nomear os membros do Conselho Gestor da APA Metropolitana de Belém”, para exercerem o mandato no biênio 2021 /2023, conforme abaixo discriminado.

PORTARIA Nº 2392, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021. Delega competência a Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira desta Secretaria de Estado de Meio ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, para homologação dos processos licitatórios da SEMAS.

PORTARIA Nº 2393, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021. Estabelece o Termo de Referência (TDR) e os critérios para apresentação de Relatório Técnico de Identificação da Fitofisionomia para fins de análise do Cadastro Ambiental Rural, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS.



NORMAS MUNICIPAIS

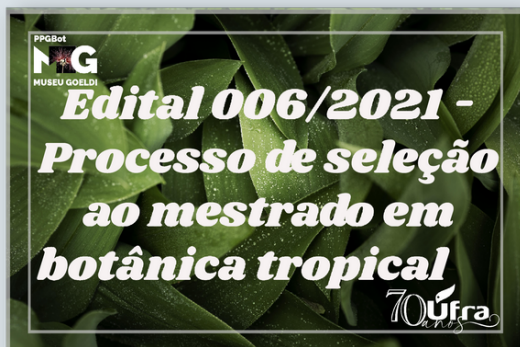


DECRETO Nº 102.030/2021-PMB. Fica concedida ISENÇÃO do Imposto Predial e Territorial Urbano -IPTU, incidente sobre os imóveis nos exercícios, constantes do anexo único a este Decreto.

DECRETO Nº 102.031/2021-PMB. Conceder a IMUNIDADE do Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, e dá outras providências.



FIQUE DE OLHO



Processo de seleção ao mestrado em botânica tropical. Edital 006/2021, de 29 de novembro de 2021.

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas, Botânica Tropical (PPGBot), nível mestrado, por decisão do Colegiado, no uso de suas atribuições legais, torna público o edital para abertura de inscrição, visando à seleção de candidatos para a turma que iniciará o curso a partir de março de 2022.

Para acompanhamento de mais informações, [clique aqui!](#)



Reabertura do Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi

A reabertura do Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi ocorreu no dia 14 de dezembro de 2021. O funcionamento do museu será às terças, quartas e quintas com limite diário de 150 pessoas e o uso obrigatório de máscaras. Ingressos no valor de R\$ 3,00 (três reais). Estudantes, profissionais da educação e jovens de baixa renda têm direito à meia entrada mediante comprovação.

Para maiores informações, [clique aqui!](#)



LIVRO: Licenciamento e Avaliação de Impacto Ambiental

O licenciamento ambiental é um instrumento utilizado pelo Brasil com o objetivo de exercer um controle prévio e realizar o acompanhamento de atividades que utilizem recursos naturais, que sejam poluidoras ou que possam causar degradação ao meio ambiente. Esta publicação é uma obra interdisciplinar que apresenta experiências de pesquisadores de diversas instituições nacionais.

Para adquirir e ler o livro, [clique aqui](#).

Curta e siga nossas redes sociais



Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br